

6.10.02 - Serviço Social / Serviço Social Aplicado.

COOPERATIVAS DE AUTOGESTÃO: FORMAS DE CONTROLE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

Mariana Tavares de Farias dos Passos Matias¹, Reivan Marinho de Souza²

1. Estudante de Serviço Social, FSSO- UFAL

2. Doutora em Serviço Social. Professora do PPG da FSSO- UFAL / Orientadora

Resumo:

Os objetivos desse estudo é apreender os determinantes históricos/ sociais que explicam o ressurgimento das cooperativas de autogestão na realidade brasileira no século XX; entender sua funcionalidade ao desenvolvimento da economia capitalista atual e possíveis vínculos com o Estado; e quais formas de controle exercem sobre o trabalho. Apropriamo-nos dos fundamentos do trabalho e dos processos produtivos capitalistas iniciais para entender as bases do trabalho cooperado; conhecemos os determinantes da crise estrutural de 1970; o processo de reestruturação de 1980, e as proposições do neoliberalismo. Apreendemos com a pesquisa que a “economia solidária”, as cooperativas e seus congêneres ressurgem para minimizar os efeitos do desemprego e da pobreza. Contudo, verificamos que as cooperativas são reeditadas não para possibilitar o controle autônomo e as necessidades dos trabalhadores, mas como unidades econômicas funcionais à reprodução capitalista num contexto de crise estrutural.

Palavras-chave: "Economia Solidária"; Trabalho; Reestruturação Produtiva.

Apoio financeiro: CNPQ.

Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição: UFAL.

Introdução:

O artigo corresponde à sistematização da pesquisa realizada como bolsista de Iniciação Científica/ PIBIC-UFAL no período de agosto de 2016 a julho de 2017 sob a orientação da profa. Dra. Reivan Marinho de Souza/ FSSO. A relevância da pesquisa na atualidade deve-se ao agravamento da crise estrutural do capital e de seus desdobramentos: desemprego estrutural, reestruturação produtiva, retrocesso das políticas públicas e do Estado, os quais precarizam a condição de trabalho e de vida dos trabalhadores. Nesse contexto, ressurgem de forma ampliada as cooperativas de autogestão entre outras organizações sociais que compõem a "economia solidária", como alternativas à crise e com a promessa de relações econômicas/ sociais que postulam uma autonomia de trabalhadores no controle dessas unidades produtivas. Refletimos se as cooperativas de autogestão expressam uma alternativa à reprodução do capital não apenas como garantia do trabalho, mas em melhores condições de vida aos trabalhadores. Refletimos ainda, com base na produção teórica de Paul Singer, se a "economia solidária", implementada no capitalismo contemporâneo, pode contribuir para a construção do socialismo. Expomos sucintamente um panorama geral das cooperativas, de outras organizações sociais e os motivos que levaram sua expansão nos anos 2000, pela SENAES.

O objetivo geral do projeto de pesquisa: analisar os fundamentos da “economia solidária”, das cooperativas de autogestão e se expressam efetivamente uma alternativa econômica ao sistema do capital em crise e uma garantia para a reprodução social dos trabalhadores. **Os objetivos específicos no nosso plano de trabalho:** Apreender na produção teórica os fundamentos que explicam a categoria trabalho cooperado/ abstrato e os processos produtivos iniciais (manufatura, grande indústria); Apreender os determinantes históricos-sociais da crise estrutural, da reestruturação produtiva e as formas de controle sobre o trabalhador; Conhecer e explicitar as bases históricas, teóricas da “economia solidária”, das cooperativas de autogestão nos anos de 1980/ 1990; Configurar/ caracterizar o panorama geral de cooperativas, organizações cadastradas na Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES a partir de pesquisa documental.

Metodologia:

Desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica e documental sobre os fundamentos da "economia solidária" e suas expressões objetivas, as cooperativas de autogestão, para apreender porque ressurgem de forma acentuada e se representam unidades produtivas autônomas no capitalismo em crise na atualidade. Para atingir o objetivo proposto orientamo-nos pela perspectiva marxiana de análise, tendo em vista não só conhecer e descrever o fenômeno, objeto da pesquisa, mas para desvendar historicamente os processos históricos reais que determinam a configuração do fenômeno das cooperativas no contexto da “economia solidária” na atualidade, no Brasil. Para isso, apropriamo-nos das categorias que constituem os fundamentos do trabalho, das determinações histórico-materiais dos processos produtivos iniciais do capitalismo (cooperação,

manufatura e grande indústria) e suas correspondentes formas de controle do trabalho, das origens do movimento cooperativista no século XIX / proposições do socialismo utópico, das bases da crise estrutural dos anos de 1970, da reestruturação produtiva e da proposta da “ economia solidária”.

Realizamos a pesquisa bibliográfica e documental como modalidade de pesquisa, com os seguintes procedimentos metodológicos: leitura, fichamentos de livros e artigos, sínteses, realização de relatórios parciais, finais e sistematização de obras clássicas e contemporâneas, levantamento das Cooperativas no SENAES.

Resultados e Discussão:

Como resposta dos trabalhadores ao desemprego, ao pauperismo e a exploração advinda do crescimento do capital, surge na Inglaterra do século XIX as primeiras cooperativas. As cooperativas são uma forma de organização da produção, do consumo e da distribuição da riqueza de forma igualitária, que valoriza o ser humano, sendo contrária a exploração do trabalho. No Brasil, as cooperativas existem desde o século XX, mas de forma muito limitada, com cerca de 139 empreendimentos até os anos 1970.

Após um longo período de acumulação de capital no período de apogeu do fordismo e da política econômica governamental keynesiana, fase conhecida como "anos dourados" do capitalismo, o modelo de organização do trabalho e de acumulação de capital rígido fordista entram em crise nos anos 1970. Entretanto, tal crise é a expressão fenomênica de algo maior: a crise estrutural de 1970, que atinge o cerne do sistema sócio-metabólico do capital, dando início a um período recessivo que perdura até a atualidade. Em resposta a crise estrutural, constitui-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico/político de dominação, explicitados no neoliberalismo, na privatização do Estado e na desregulamentação dos direitos do trabalho; "[...] a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores" (ANTUNES, 1999, p. 31, grifo do autor). O modelo de produção capitalista, anteriormente rígido, passa a ser flexível com o toyotismo, substituindo elementos do taylorismo-fordismo. Os avanços tecnológicos, resultantes da produção flexível, revelam em sua magnitude a dimensão destrutiva do capital, em função da ampliação do desemprego, da intensa e sofisticada extração de mais-valia relativa, da precarização do trabalho e dos diversos processos de destruição da natureza provocados pelo avanço do desenvolvimento tecnológico. A flexibilidade produtiva, além de intensificar a exploração da mais-valia relativa, ao adotar a microeletrônica e informática na produção possibilita ampliar o desemprego, facilitado pelo incremento da terceirização e da informalidade, ao reduzir postos de trabalho, constituindo o desemprego estrutural.

Nesse contexto de crise, as cooperativas resurgem em todo o mundo. No Brasil, especificamente, elas são reeditadas e estimuladas pelo Estado e pela burguesia como uma das estratégias para minimizar os índices do desemprego e da pobreza, adotando o nome de "economia solidária"¹. "Economia solidária" é um termo criado por Paul Singer — um dos principais ideólogos da "economia solidária" — para designar as associações econômicas que afirmam se inspirar em teorias igualitárias e democráticas, assumindo as formas de cooperativas de produção, empresas de autogestão, clube de trocas, associações, etc. Paul Singer, se distingue do demais intelectuais por acreditar que a "economia solidária" não se restringe apenas ao combate a pobreza e ao desemprego, pois argumenta que à medida que as práticas cooperativistas se expandem e se solidificam, viabilizam a constituição de uma sociedade socialista. Singer vai de encontro, portanto, a teoria social de Marx, posto que para Marx seria necessário gestar a ruptura do sistema capitalista vigente para então construir uma nova sociedade, só ai, segundo Lênin, as cooperativas seriam uma proposta viável de organização da produção material. Singer postula, desse modo, a transformação para o socialismo via reforma do capitalismo e credita ao Estado a implementação e gerência das cooperativas de "economia solidária".

A "economia solidária" é regulamentada no Brasil pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), criada em 2003. Atualmente, com quase 20 mil empreendimentos cadastrados e incorporando mais de 1.423.631 pessoas, as cooperativas e empresas de autogestão permanecem inseridas no modo de produção do capital, sujeitas a lei do mercado, adaptando-se ao sistema vigente, concorrendo com empresas capitalistas. Compreende-se que o capital absorve e molda os princípios do cooperativismo e do associativismo as suas necessidades, onde atividades secundárias da produção podem ser executadas por pequenas empresas subcontratadas, por cooperativas e por trabalho domiciliar, sem nenhum prejuízo ao produto final. Utilizando-os como via de terceirização e para o capital financeiro (microcrédito), como mais uma modalidade de controle e precarização do trabalho.

¹ Assim como os autores Wellen (2012) e Menezes (2007), utilizaremos o termo “economia solidária” entre aspas, pois "o próprio termo “economia solidária” já representa uma inovação semântica, visto que busca unificar dois elementos que, no contexto atual, configuram-se por uma oposição: a economia, que é capitalista, com uma valoração supostamente solidária. Diante da realidade atual, em que o desenvolvimento do mercado capitalista não apenas invalida as relações econômicas incapazes de produzir lucratividade, como as tornam subordinadas ao imperativo do capital, a defesa de uma 'economia solidária' expressa, no mínimo, uma posição bastante questionável" (WELLEN, 2012, p. 14).

Conclusões:

Constatamos que nos momentos de evolução e expansão do capitalismo as cooperativas regridem e, nos períodos de recessão capitalista, ocasionado por suas crises cíclicas inerentes a acumulação de capital, as cooperativas ressurgem como unidades produtivas na economia capitalista, incluindo segmentos do exército industrial de reserva. A "economia solidária" cumpre, no Brasil, um papel de controle social do trabalho, pois as cooperativas e o associativismo impulsionados pelo Estado e pela burguesia não expressam originalmente iniciativas da classe proletária e nem dos movimentos sociais na atualidade.

As reflexões de Marx, Lênin, Menezes e Wellen nos possibilita apreender que a "economia solidária" expressa uma proposta temporária que não representa um sistema de organização produtiva que esteja sob o controle autônomo do trabalho, nem se constitui um meio de emancipação do capital. Enfim, consideramos que as diversas práticas da "economia solidária", em especial, as cooperativas na atualidade expressam uma forma diferenciada de exploração, de controle do trabalho, haja vista estarem integradas funcionalmente à economia capitalista.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GERMER, Claus. A "Economia Solidária" – uma crítica marxista. **Revista Outubro**, Nº 14. São Paulo: Alameda, 2006.

LIMA, Jacob. Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. In: CASTRO, N. A. & DEDECCA, C. S. **A Ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo: ALAST, 1998.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. Tomo I e II. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988a, 1988b.

MELLO, Alex Fiúza de. **Marx e a Globalização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

MENEZES, Maria Teresa C. J. **Economia Solidária**: Elementos para uma crítica marxista. São Paulo: Gramma, 2007.

MOREIRA, Maria Vilma Coelho. Cooperativismo e Desenvolvimento: o caso das cooperativas do Maciço do Baturité, Ceará. In: TEIXEIRA, J. F. S. *et alli*. **Globalização e Mercado de Trabalho no Estado do Ceará**. Fortaleza: Unifor, 1999.

PANIAGO, Maria C. S. Os Meios que se Perderam dos Fins: cooperativas fabris e autogestão dos trabalhadores. **Revista Outubro**, Nº17, São Paulo: Alameda, 2008.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

WELLEN, Henrique A. R. **Para a crítica da "economia solidária"**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.